Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Fertilizantes Heringer S.A. ("Heringer" ou "Companhia"), com sede no município de Viana no Espírito Santo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes.

A Companhia possui atualmente 21 unidades de mistura, distribuídas nas regiões sudeste, centro oeste, sul e nordeste do Brasil, e 2 escritórios comerciais situados na Bahia e no Paraná, e 1 armazém no Rio Grande do Sul. Ressaltando ainda que, no Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de Super Fosfato Simples ("SSP").

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FHER3.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de fevereiro de 2015, para divulgação em 02 de março de 2015.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Em 27 de dezembro de 2013 a Companhia incorporou sua subsidiaria integral Logfert, deixando de ter a necessidade de apresentação de demonstrações financeiras. Adicionalmente, considerando a imaterialidade das transações da Logfert, originalmente apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia concluiu que a apresentação das demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. melhor representa qualitativamente as informações financeiras comparativas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

Para adequação à forma de apresentação das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014, os valores adiantados a título de "Impostos e Taxas do Sistema de Comercio Exterior - Siscomex", originalmente registrados no grupo de caixa e equivalentes de caixa, nos montantes de R\$ 1.540 (R\$ 2.062 em 31 de dezembro de 2013), foram reclassificados para o grupo estoques junto aos demais adiantamentos a fornecedores. A presente reclassificação impactou também o fluxo de caixa no mesmo valor acima na rubrica estoque nas atividades operacionais e os saldos iniciais e finais do caixa e equivalentes de caixa do exercício, não houve impactos no patrimônio líquido, nos resultados do exercício e valores adicionados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração do valor adicionado – DVA em suas demonstrações financeiras, enquanto que para fins de IFRS tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: (i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; (ii) Impostos e contingencias; e (iii) Valor justo de instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e premissas aplicadas aos itens mencionados acima estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são incluídos nessa categoria, a menos que tenham sido designados como instrumento de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- (a) Ativos financeiros--Continuação
- (ii) Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de "Receitas financeiras", quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(a) Ativos financeiros--Continuação

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(iv) Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(v) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- (a) Ativos financeiros--Continuação
- (vi) <u>Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge</u>

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre suas compras de produtos importados. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a contabilização de hedge (hedge accounting).

(b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(c) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(d) Conversão em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(e) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

As operações de compra de matéria-prima realizadas por meio de FINIMP – Financiamentos de importação - são apresentadas como atividade operacional da demonstração dos fluxos de caixa pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia.

2.3. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

Listamos a seguir os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

Norma	Requerimento	Impacto nas Demonstrações Financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. Vigência a partir de 01/01/2018.	A Administração avaliou os impactos do IFRS 9 e prevê que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	de depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo, por parte da entidade, dos futuros benefícios econômicos de	A Administração avaliou os impactos do IAS 16 E 38 e prevê que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras
Alteração IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e associado ou joint venture (negócio em	IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e o IAS 28 - Investimentos em Coligada, Controlada e Negócio em Conjunto, ao lidar com a perda de controle de uma subsidiária que é contribuída para uma	A Administração avaliou os impactos do IFRS 10 e IAS 28 e prevê que sua adoção não provocará um impacto relevante nas
conjunto)	01/01/2016.	demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014--Continuação

Norma	Requerimento	Impacto nas Demonstrações Financeiras
IFRS 7 Instrumentos financeiros (Divulgação) - Aplicabilidade das divulgações de offset às demonstrações financeiras condensadas	A alteração suprime a expressão "e períodos intermediários dentro desses períodos anuais" do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidas em demonstrações financeiras condensadas. No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue "uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual". Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração avaliou os impactos do IFRS 7 e prevê que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras
IFRS 5 - Reclassificação de ativo não circulante mantido para venda e mantido para distribuição aos sócios/acionistas	Esclarece-se, através da emissão de <i>guidance</i> , as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais o critério para manterem esta classificação. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração avaliou os impactos do IFRS 5 e prevê que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras
IAS 34 - Demonstração Intermediária - Divulgação de informações "em outras partes das demonstrações financeiras intermediárias"	Estabelece que as divulgações intermediárias necessárias devem ser incluídas ou nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que estejam incluídas dentro das informações intermediárias (por exemplo, no comentário da administração ou do relatório de risco). Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração avaliou os impactos do IAS 34 e prevê que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras

A Companhia decidiu adotar a alteração no IAS 1 por meio da aplicação integral do OCPC07.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

		Taxa média	2014	2013
Disponibilidades	-		45.662	48.292
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	(i)	98,8 % do CDI	143.100	227.973
Debêntures – operações compromissadas	(ii)	99,6 % do CDI	125.146	159.193
			313.908	435.458

- (i) Representadas por quotas de fundo DI (Depósito Interbancário). Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, com liquidez imediata.
- (ii) Referem-se a operações realizadas com instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras.

4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. A avaliação da existência de *impairment* é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

	2014	2013
Contas a receber no País	791.502	684.132
Contas a receber no exterior	8.666	7.172
Ajuste a valor presente	(11.347)	(10.412)
	788.821	680.892
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.260)	(24.110)
, ,	763.561	656.782
Circulante	(762.570)	(655.543)
Não circulante	991	1.239

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

4. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o ajuste a valor presente foi calculado, tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias, com juros nominais das transações de 1% ao mês, através do método do fluxo de caixa descontado. A reversão do ajuste a valor presente é registrada no resultado do período, na rubrica receita financeira.

Os saldos de contas a receber no exterior estão denominados em dólares norteamericanos.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais e ou dos saldos a receber.

Em 31 de dezembro de 2014, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 74.824 (R\$ 68.418 em 2013) encontram-se vencidas. A Companhia não constituiu provisão para perdas sobre esses valores, pois se referem a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, não existindo, dessa forma, expectativa de perdas sobre esses valores, ou para as quais a Companhia possui garantias reais. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2014	2013
Até três meses	21.022	27.522
De três a seis meses	8.397	1.889
Mais de seis meses	45.405	39.007
	74.824	68.418

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 25.260 (R\$ 24.110 em 31 de dezembro de 2013), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	2014	2013
Até seis meses	1.222	3.608
Mais de seis meses	24.038	20.502
	25.260	24.110

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

4. Contas a receber de clientes--Continuação

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	2014	2013
Saldo inicial	24.110	12.034
Constituição da provisão (i)	2.314	14.008
Contas a receber de clientes baixadas durante o período		
como incobráveis	(1.164)	(1.932)
Saldo final	25.260	24.110

⁽i) Registradas na rubrica despesas com vendas, no resultado do período.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: (i) matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da média ponderada móvel; e (ii) custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

	2014	2013
Matérias primas e embalagens	648.584	450.950
Importações em andamento	183.976	211.206
Adiantamentos a fornecedores	14.315	18.861
Almoxarifado	15.942	14.479
Provisão para ajuste a valor de mercado (i)	(2.046)	(1.570)
	860.771	693.926

⁽i) Refere-se a provisão para resíduos de matérias primas, cujo custo médio em estoque estava superior ao custo de reposição ou aos valores de realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

6. Tributos a recuperar

	2014	2013
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i)	231.763	202.350
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	77.219	84.554
Provisão para deságio na venda de créditos de ICMS (ii)	(8)	(8)
Programa de integração social – PIS (i)	49.386	36.909
IRRF sobre instrumentos financeiros	40.145	34.696
	398.505	358.501
Circulante	(146.136)	(142.021)
Não circulante (iii)	252.369	216.480

- Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte através de pedidos de restituição, no valor total original de R\$ 277.362, protocolados na Receita Federal do Brasil entre agosto de 2009 e dezembro de 2014, bem como através de pedido de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.
- Serão utilizados na aquisição de ativo imobilizado e insumos para produção, além da utilização nas operações normais da Companhia. A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2014, aprovação para transferências de créditos junto à autoridade estadual de São Paulo no montante de R\$ 1.451 e Minas Gerais no montante de R\$ 7.462 e está em processo de aprovação para transferência de créditos junto às autoridades estaduais de São Paulo no montante de R\$ 7.613, Minas Gerais no montante de R\$ 15.747, e da Bahia no montante de R\$ 9.272.
- (iii) Refere-se basicamente aos créditos de PIS e da COFINS, cuja realização deverá ocorrer durante os anos de 2016 a 2018.

7. Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal reguer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseiase em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio das companhias incluídas nas demonstrações financeiras

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2014	2013
Imposto de renda a recuperar	99.829	46.159
Contribuição social a recuperar	16.594	8.309
	116.423	54.468
Circulante	(27.044)	=
Não Circulante	89.379	54.468

(b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

Ativo: Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (i) 39.186 88.167 Diferenças temporárias: Provisão para comissões sobre vendas 4.478 3.626 Ágio amortizado de empresa investidora incorporada 174 612 Provisão para contingências 3.662 1.703 Provisão para créditos de liquidação duvidosa 2.736 3.715 Ajuste a valor presente 4.660 3.928 Provisão para perda sobre estoques e ajuste ao valor de mercado 696 534 Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda 208 251 Perda não realizada com instrumentos financeiros derivativos 1.822 1.310 Outras diferenças temporárias 1.822 1.310 Fassivo: Ganho não realizado com instrumentos financeiros derivativos (12.357) (6.567) Ajuste a valor presente (5.044) (4.109) Imobilizado – custo atribuído (ii) (27.613) (28.341) Imobilizado – revisão da vida útil (iii) (5.869) (5.317) Outras (54.593) (47.433) Líquido 3.173 56.973<		2014	2013
Diferenças temporárias: 4.478 3.626 Ágio amortizado de empresa investidora incorporada 174 612 Provisão para contingências 3.662 1.703 Provisão para créditos de liquidação duvidosa 2.736 3.715 Ajuste a valor presente 4.660 3.928 Provisão para perda sobre estoques e ajuste ao valor de mercado 696 534 Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda 208 251 Perda não realizada com instrumentos financeiros derivativos 144 560 Outras diferenças temporárias 1.822 1.310 Fassivo: 57.766 104.406 Passivo: (12.357) (6.567) Ajuste a valor presente (5.044) (4.109) Imobilizado – custo atribuído (ii) (27.613) (28.341) Imobilizado – revisão da vida útil (iii) (5.869) (5.317) Outras (3.710) (3.099)	Ativo:		
Provisão para comissões sobre vendas 4.478 3.626 Ágio amortizado de empresa investidora incorporada 174 612 Provisão para contingências 3.662 1.703 Provisão para créditos de liquidação duvidosa 2.736 3.715 Ajuste a valor presente 4.660 3.928 Provisão para perda sobre estoques e ajuste ao valor de mercado 696 534 Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda 208 251 Perda não realizada com instrumentos financeiros derivativos 144 560 Outras diferenças temporárias 1.822 1.310 For.766 104.406 Passivo: (2357) (6.567) Ajuste a valor presente (5.044) (4.109) Imobilizado – custo atribuído (ii) (27.613) (28.341) Imobilizado – revisão da vida útil (iii) (5.869) (5.317) Outras (3.710) (3.099)	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	39.186	88.167
Ágio amortizado de empresa investidora incorporada 174 612 Provisão para contingências 3.662 1.703 Provisão para créditos de liquidação duvidosa 2.736 3.715 Ajuste a valor presente 4.660 3.928 Provisão para perda sobre estoques e ajuste ao valor de mercado 696 534 Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda 208 251 Perda não realizada com instrumentos financeiros derivativos 144 560 Outras diferenças temporárias 1.822 1.310 Passivo: 57.766 104.406 Passivo: (30ho não realizado com instrumentos financeiros derivativos (12.357) (6.567) Ajuste a valor presente (5.044) (4.109) Imobilizado – custo atribuído (ii) (27.613) (28.341) Imobilizado – revisão da vida útil (iii) (5.869) (5.317) Outras (3.710) (3.099)	, ,	4 470	0.000
Provisão para contingências 3.662 1.703 Provisão para créditos de liquidação duvidosa 2.736 3.715 Ajuste a valor presente 4.660 3.928 Provisão para perda sobre estoques e ajuste ao valor de mercado 696 534 Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda 208 251 Perda não realizada com instrumentos financeiros derivativos 144 560 Outras diferenças temporárias 1.822 1.310 Passivo: 57.766 104.406 Passivo: (3.76) (4.109) Ganho não realizado com instrumentos financeiros derivativos (12.357) (6.567) Ajuste a valor presente (5.044) (4.109) Imobilizado – custo atribuído (ii) (27.613) (28.341) Imobilizado – revisão da vida útil (iii) (5.869) (5.317) Outras (3.710) (3.099)			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa 2.736 3.715 Ajuste a valor presente 4.660 3.928 Provisão para perda sobre estoques e ajuste ao valor de mercado 696 534 Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda 208 251 Perda não realizada com instrumentos financeiros derivativos 144 560 Outras diferenças temporárias 1.822 1.310 Fassivo: 57.766 104.406 Canho não realizado com instrumentos financeiros derivativos (12.357) (6.567) Ajuste a valor presente (5.044) (4.109) Imobilizado – custo atribuído (ii) (27.613) (28.341) Imobilizado – revisão da vida útil (iii) (5.869) (5.317) Outras (3.710) (3.099) (54.593) (47.433)	·		
Ajuste a valor presente	Provisão para contingências	3.662	1.703
Provisão para perda sobre estoques e ajuste ao valor de mercado 696 534 Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda 208 251 Perda não realizada com instrumentos financeiros derivativos 144 560 Outras diferenças temporárias 1.822 1.310 Fassivo: 57.766 104.406 Passivo: (12.357) (6.567) Ajuste a valor presente (5.044) (4.109) Imobilizado – custo atribuído (ii) (27.613) (28.341) Imobilizado – revisão da vida útil (iii) (5.869) (5.317) Outras (3.710) (3.099) (54.593) (47.433)	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.736	3.715
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda 208 251 Perda não realizada com instrumentos financeiros derivativos 144 560 Outras diferenças temporárias 1.822 1.310 Fassivo: 57.766 104.406 Passivo: (12.357) (6.567) Ajuste a valor presente (5.044) (4.109) Imobilizado – custo atribuído (ii) (27.613) (28.341) Imobilizado – revisão da vida útil (iii) (5.869) (5.317) Outras (3.710) (3.099) (54.593) (47.433)	Ajuste a valor presente	4.660	3.928
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda 208 251 Perda não realizada com instrumentos financeiros derivativos 144 560 Outras diferenças temporárias 1.822 1.310 57.766 104.406 Passivo: Ganho não realizado com instrumentos financeiros derivativos (12.357) (6.567) Ajuste a valor presente (5.044) (4.109) Imobilizado – custo atribuído (ii) (27.613) (28.341) Imobilizado – revisão da vida útil (iii) (5.869) (5.317) Outras (3.710) (3.099) (54.593) (47.433)	Provisão para perda sobre estoques e ajuste ao valor de mercado	696	534
Perda não realizada com instrumentos financeiros derivativos 144 560 Outras diferenças temporárias 1.822 1.310 57.766 104.406 Passivo: Ganho não realizado com instrumentos financeiros derivativos (12.357) (6.567) Ajuste a valor presente (5.044) (4.109) Imobilizado – custo atribuído (ii) (27.613) (28.341) Imobilizado – revisão da vida útil (iii) (5.869) (5.317) Outras (3.710) (3.099) (54.593) (47.433)		208	251
Passivo: Ganho não realizado com instrumentos financeiros derivativos Ajuste a valor presente Imobilizado – custo atribuído (ii) Imobilizado – revisão da vida útil (iii) Outras 57.766 104.406 (6.567) (6.567) (5.044) (4.109) (27.613) (28.341) (5.869) (5.317) (3.710) (3.099) (54.593) (47.433)		144	560
Passivo: (12.357) (6.567) Ganho não realizado com instrumentos financeiros derivativos (12.357) (6.567) Ajuste a valor presente (5.044) (4.109) Imobilizado – custo atribuído (ii) (27.613) (28.341) Imobilizado – revisão da vida útil (iii) (5.869) (5.317) Outras (3.710) (3.099) (54.593) (47.433)	Outras diferenças temporárias	1.822	1.310
Ganho não realizado com instrumentos financeiros derivativos (12.357) (6.567) Ajuste a valor presente (5.044) (4.109) Imobilizado – custo atribuído (ii) (27.613) (28.341) Imobilizado – revisão da vida útil (iii) (5.869) (5.317) Outras (3.710) (3.099) (54.593) (47.433)		57.766	104.406
Ajuste a valor presente Imobilizado – custo atribuído (ii) (5.044) (4.109) Imobilizado – revisão da vida útil (iii) (27.613) (28.341) Imobilizado – revisão da vida útil (iii) (5.869) (5.317) Outras (3.710) (3.099) (54.593) (47.433)			
Imobilizado – custo atribuído (ii) (27.613) (28.341) Imobilizado – revisão da vida útil (iii) (5.869) (5.317) Outras (3.710) (3.099) (54.593) (47.433)		` ,	, ,
Imobilizado – revisão da vida útil (iii) (5.869) (5.317) Outras (3.710) (3.099) (54.593) (47.433)	Ajuste a valor presente	(5.044)	(4.109)
Outras (3.710) (3.099) (54.593) (47.433)	Imobilizado – custo atribuído (ii)	(27.613)	(28.341)
(54.593) (47.433)	Imobilizado – revisão da vida útil (iii)	(5.869)	(5.317)
	Outras	(3.710)	(3.099)
Líquido 3.173 56.973		(54.593)	(47.433)
	Líquido	3.173	56.973

- (i) Em 2014 o montante de R\$ 51.634 foi utilizado para a liquidação do parcelamento Lei 11.941/09 e a Companhia espera realizar o saldo remanescente de prejuízo fiscal até o final do exercício de 2015.
- (ii) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27.
- (iii) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerada após revisão da vida útil-econômica dos bens.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

(b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos-Continuação

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(c) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	9.781	(53.173)
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:	(3.326)	18.079
Benefícios fiscais e subvenções	2.752	1.686
Outras	(1.244)	(496)
	(1.818)	19.269
Imposto de renda e contribuição social no resultado dos exercícios:		
Corrente	-	-
Diferido	(1.818)	19.269
	(1.818)	19.269
Alíquota efetiva dos tributos	19%	36%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

(d) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2012	83.081	(45.352)	37.729
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação			
desses ativos	-	730	730
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa	(4.630)	(2.811)	(7.441)
de contribuição social gerado no exercício	25.955		25.955
Saldo em 31 de dezembro de 2013	104.406	(47.433)	56.973
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	- 2.341	728 (7.888)	728 (5.547)
Efeito tributário sobre realização do Refis	(48.981)	(7.000) -	(48.981)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	57.766	(54.593)	3.173

(e) Lei 12.973/2014

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da *Lei* 12.973/2014 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, baseada na melhor interpretação do texto corrente da Lei. A Companhia irá optar pela sua adoção no exercício fiscal de 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

8. Instrumentos financeiros derivativos

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos "swaps" e opções são resumidos a seguir:

		eferência onal)	Valor	justo	Curva do ir	nstrumento	Ganhos incorridos	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Posição ativa Moeda estrangeira	1.067.025	1.020.212	717.500	1.009.551	719.598	1.013.212	162.158	151.630
Posição passiva Índice – CDI Total	(1.067.025)	(1.020.212)	(681.578) 35.922	(991.884) 17.667	(681.578) 38.020	(991.884) 21.328	(114.909) 47.249	(118.691) 32.939

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidas mensalmente no resultado do período, considerando-se o valor justo desses instrumentos (Nota 21).

(a) Descrição dos contratos

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia detinha contrato derivativos de "swap" no valor nominal total de R\$ 717.894 (R\$ 1.020.212 em 31 de dezembro de 2013), com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial sobre seu passivo cambial. Nesses contratos, a Companhia tem o direito de receber variação cambial do dólar norte-americano menos 0,90% ao ano e variação cambial do euro menos 6,70% e é responsável por pagar 100% do CDI. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia detinha R\$ 349.131 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2013) de *notional* em opções de compra de moeda estrangeira, com um limite de R\$2,65 para U\$1,00.

(b) Vencimento dos contratos de "swap" e Opções

Em 31 de dezembro de 2014, os contratos derivativos descritos anteriormente possuem as seguintes datas de vencimentos:

	Dólares americanos (US\$)	Euros (EURS\$)
Em 1 mês	83.050	-
De 1 a 2 meses	91.473	7.600
De 3 a 4 meses	217.955	-
	392.478	7.600

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

8. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

(c) Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos

Os contratos de *swap* e opções são avaliados a valor presente, à taxa de mercado na data-base, através do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento, tendo por base as projeções de dólar norte-americano e euro verificadas nos contratos de futuros registrados na BM&FBOVESPA.

9. Partes relacionadas

A Fertilizantes Heringer S.A. é controlada por Dalton Dias Heringer, Dalton Carlos Heringer e Juliana Heringer Rezende, que juntos detém 67,76% das ações da Companhia. Os 32,24% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores, não havendo nenhum deles detendo mais de 5% de participação.

(a) Transações e saldos

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas referem-se a operações mercantis, incluindo o arrendamento de uma propriedade e outras operações, e estão resumidas a seguir:

	2014	2013
Ativo		
Contas a receber (i)		
Dalton Dias Heringer	173	119
	173	119
Outras contas a receber		
Dalton Dias Heringer (ii)	275	100
	275	100
	448	219

⁽i) Decorrem de vendas de produtos da Companhia, celebradas no curso normal dos seus negócios.

⁽ii) Venda de Imobilizado em 2014 e 2013 decorrem de saldo remanescente de contrato firmado em 20 de dezembro de 2009, de compromisso de venda de uma propriedade rural, localizada no Estado de Tocantins, com o grupo controlador, no montante de R\$ 3.200, o qual foi integralmente liquidado em 2013. O preço contratado estava baseado em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

9. Partes relacionadas--Continuação

(a) Transações e saldos--Continuação

Resultado	2014	2013
Receita de vendas		
Dalton Dias Heringer (i)	1.342	647
Roberto Rodrigues	2.522	1.868
	3.864	2.515
Custo dos produtos vendidos		
Dalton Dias Heringer	(2.471)	(1.877)
Roberto Rodrigues	(2.130)	(1.612)
	(4.601)	(3.489)
Despesas com vendas Fretes de entrega		
Logfert Transportes S.A.	-	30.569
	-	30.569
Outras receitas operacionais Aluquel		
Dalton Dias Heringer	19	19
G	19	19
Compras		
Dalton Dias Heringer	1.520	745
	1.520	745

⁽i) São decorrentes da venda, de subprodutos originados no processo produtivo.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	2014	2013
Salários e encargos	3.492	3.676
Honorários dos administradores	1.943	2.202
Participação nos lucros	162	210
Pagamentos de rescisão	139	148
Plano de previdência privada	300	325
Outros	107	107
	6.143	6.668

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

10. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

	i axas de depreciação - % ao ano		
	Nominal	Média ponderada	
Edifícios e construções	De 1,5 a 25	2,5	
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	De 4 a 50	14	
Outros	De 10 a 25	17	

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Alguns itens do imobilizado, no montante de R\$ 166.966 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 142.711 em 31 de dezembro de 2013), estão dados em garantia de operações com fornecedores e de financiamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

10. Imobilizado--Continuação

	Terrenos	Edifícios e Construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais		lmobilizações em andamento		Total
Em 31 de dezembro de 2012	58.448	217.926	174.648	13.268	27.106	669	492.065
Incorporação da Logfert	-	-	-	8	-	-	8
Aquisições	241	-	2.784	4.237	42.269	4.534	54.065
Baixas(i)	(10)	(2.100)	(19.047)	(882)	-	(2)	(22.041)
Depreciação e amortização	-	(7.370)	(35.561)	(3.689)	-	-	(46.620)
Transferências	6.283	10.362	34.880	92	(46.416)	(5.201)	-
Em 31 de dezembro de 2013	64.962	218.818	157.704	13.034	22.959	-	477.477
Aquisições	-	1.858	2.813	2.717	61.875	46.034	115.297
Baixas(i)	-	(539)	(3.656)	(610)	(23)	-	(4.828)
Depreciação e amortização	-	(8.550)	(34.630)	(3.709)	-	-	(46.888)
Transferências		8.800	25.570	133	(5.056)	(29.447)	-
Em 31 de dezembro de 2014	64.962	220.387	147.801	11.565	79.755	16.587	541.057
Saldo em 31 de dezembro de 2013							
Custo	64.962	251.616	290.316	26.716	22.959		656.569
Depreciação e amortização		(32.798)	(132.612)	(13.682)	-	-	(179.092)
Valor residual líquido	64.962	218.818	157.704	13.034	22.959	-	477.477
Saldo em 31 de dezembro de 2014							
Custo	64.962	261.734	301.788	27.427	79.755	16.587	752.253
Depreciação e amortização		(41.347)	(153.987)	(15.862)	-	-	(211.196)
Valor residual líquido	64.962	220.387	147.801	11.565	79.755	16.587	541.057
(i) Baixas		(539)	(3.656)	(610)	(23)	-	(4.828)
 Custo Depreciação e amortização 	-	(539)	(16.911) 13.255	- (2.139)	(23)	-	(19.612) 14.784

Em 31 de dezembro de 2014, as imobilizações em andamento referem-se, substancialmente a: (i) construção da unidade de Candeias-BA; (ii) Construção da unidade de Rio Grande-RS, (iii) ampliação do armazém na unidade de Rosário do Catete-SE; e (iv) adequação nas unidades de Paranaguá-PR. Para conclusão dessas obras, a Companhia possui compromissos já firmados com empreiteiros e outros fornecedores que montam a R\$ 28.100 (R\$ 4.650 em 31 de dezembro de 2013). Tais compromissos serão pagos com recursos próprios e geração futura de caixa e com recursos obtidos com instituições financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

	2014	2013
Contas a pagar no país	79.029	61.428
Contas a pagar no exterior	1.205.264	1.090.157
	1.284.293	1.151.585

A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

O ajuste a valor presente no valor de R\$ 14.727 (R\$ 11.512 em 31 de dezembro de 2013), foi calculado tomando como base todas as operações de compra com fornecedores, nacionais e no exterior, com prazo superior a 30 dias e juros nominais variáveis acordados com cada fornecedor, utilizando o método de fluxo de caixa descontado.

12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	2014	2013
Moeda estrangeira				
Financiamentos de importação (i) Fixo US\$ 392.930 mil (US\$ 290.524 mil em 31 de dezembro de 2013)	VC + 3,36 % a.a.	VC + 4,29 % a.a.	1.043.700	680.582
Fixo EUR\$ 7.828 mil (EUR\$ 0 em 31 de dezembro de 2013)	VC + 2,38 % a.a.	VC + 3,80 % a.a.	25.262	-
Moeda nacional				
Capital de giro (ii)	111,85% do DI a.a.	111,85% a,a do DI a,a,	33.142	25.178
Finame Operações de "vendor" Operações de Credito Rural (iii) Outras obrigações	4,34 % a.a. 15,53% a.a. 6,09% a.a. VC+Libor+3,0% a.a.	4,34 % a.a. 15,53% a.a. 6,50% a.a. VC+Libor+3,0% a.a.	3.249 - 36.651 14.310	4.207 889 27.148 7.875
Debêntures (iv)	DI +3,25% a.a.	DI + 3,95% a.a.	175.187	260.993
			1.331.501	1.006.872
Circulante			(1.234.302)	(820.174)
Não circulante			97.199	186.698

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

(i) Financiamentos de importação

Financiamentos contratados junto a instituições financeiras para financiar a importação de matérias primas. O prazo de pagamento é de até 360 dias da data de conhecimento de embarque das matérias primas no exterior ou da data do desembolso da operação. Em 31 de dezembro de 2014, 12,20% (14,3% em 31 de dezembro de 2013) do montante financiado estão garantidos por recebíveis da Companhia, entretanto, o saldo remanescente não possui garantias.

(ii) Capital de giro

Refere-se a operação de empréstimos com instituições financeiras, sendo que, em 31 de dezembro de 2014, 72% do saldo tem vencimento em 2015 e 28% vencimento até 2019.

Em janeiro de 2015 a empresa quitou antecipadamente o valor de R\$ 20.000 de capital de giro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(iii) Operações de crédito rural

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador com garantia da Companhia), efetuadas com seus clientes preferenciais e consignadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. Do total de R\$ 36.651 de operações de crédito rural em 31 de dezembro de 2014, 100% estavam cobertos por seguro de crédito, que cobre eventuais perdas.

(iv) Debêntures

			Valor		31 de	dezembro de 2014	
Série	Quantidade	Emissão	nominal	Indexador	Circulante	Não circulante	Total
FHER12	26.000	6/5/2013	10.000	DI + 3,25% a.a.	89.033	86.153	175.187
					89.033	86.153	175.187
			Valor		31 de	dezembro de 2013	
Série	Quantidade	Emissão	nominal	Indexador	Circulante	Não circulante	Total
FHER12	26.000	6/5/2013	10.000	DI + 3,25% a.a.	89.300	171.693	260.993
					89.300	171.693	260.993

Em 10 de maio de 2013, foram emitidas 26.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal de R\$ 10.000 cada, conforme aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2013 e em Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 29 de abril e 7 de maio de 2013, integrantes da 2ª emissão de debêntures da Companhia, com esforços restritos de distribuição.

O montante total da 2ª emissão foi de R\$ 260.000. Essas debêntures são remuneradas de acordo com a variação da taxa DI acrescida de juros de 3,25% ao ano, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data do vencimento. Os juros tem vencimento semestral a partir de novembro de 2013. O principal possui vencimento em três parcelas anuais, de igual valor, sendo a primeira paga em 10 de novembro de 2014 e as demais a serem pagas em 10 novembro de 2015 e 2016.

Os custos de captação totalizaram R\$ 4.604 e foram contabilizados como dedução do valor principal captado. Em 31 de dezembro de 2014, os custos de captação a amortizar eram de R\$ 1.641, e serão amortizados ao resultado em função da fluência do prazo das debêntures, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(iv) Debêntures--Continuação

Essas debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas e contemplam cláusulas que requerem que a Companhia mantenha certos índices financeiros mensurados com base anual.

A garantia é a alienação fiduciária de imóveis correspondentes a 50% do valor total da emissão.

(v) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2014	2013
2014	-	820.174
2015	1.234.302	88.395
2016	89.369	89.009
2017 em diante	7.830	9.294
	1.331.501	1.006.872

(vi) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2014, o valor justo das debêntures era de R\$ 176.818. O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, se aproxima do seu valor contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

13. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a provisão para contingências era composta como segue:

	2014	2013
Contingências de naturezas:		
Tributárias	3.648	350
(-) Depósitos judiciais	(197)	(186)
	3.451	164
Trabalhistas e previdenciárias	6.652	2.850
(-) Depósitos judiciais	(2.761)	(2.261)
	3.891	589
Cíveis	470	1.808
	470	1.808
Total		
Provisão para contingências	10.770	5.008
(-) Depósitos judiciais	(2.958)	(2.447)
	7.812	2.561

(i) Movimentação da provisão para contingências

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

	2014	2013
Saldo inicial	5.008	1.497
Adição líquida	5.273	2.798
Atualização monetária	489	713
Saldo final	10.770	5.008

(ii) Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados

	2014	2013
Tributários e administrativos	16.625	16.059
Cíveis e ambientais	4.554	1.359
Previdenciários	3.577	3.293
Trabalhistas	3.345	2.612
	28.101	23.323

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

13. Contingências--Continuação

(iii) Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	2014	2013
Tributárias e administrativas	252.841	98.246
Trabalhistas e previdenciárias	26.451	14.532
Cíveis e ambientais	86.502	22.734
	365.794	135.512

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

As ações tributárias e administrativas referem-se, substancialmente, a discussões envolvendo PIS, COFINS e ICMS, principalmente, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa.

As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por exfuncionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

O acréscimo no passivo contingente tributário apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 refere-se basicamente a dois Autos de Infração, lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe, onde se debate a utilização de incentivo fiscal concedido por aquele estado por meio da Lei 3.140/91, por entender a fiscalização que, para cálculo do ICMS com incentivo fiscal deveria a Companhia ter excluído as operações de venda para produtores rurais (a fiscalização os considerou consumidores finais). Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado das ações classificadas com chances possíveis de perda era de R\$ 138.734.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

13. Contingências--Continuação

(iv) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão essa que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado. A partir da transferência do crédito e da substituição de polo ativo, a Companhia iniciou a compensação do crédito tributário com tributos federais devidos no montante de R\$ 64.554, fazendo-a no período de janeiro a dezembro de 2003.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui R\$ 164.145 de créditos tributários adquiridos reconhecidos no ativo não circulante, uma vez que a administração da Companhia, amparada na posição de seus consultores legais, tem a expectativa de receber o montante total dos créditos no prazo máximo de 10 anos, incluindo a sua atualização monetária — IPCA-E e juros correspondentes.

(v) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá-PR

Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública onde se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, e que atualmente encontrase na fase instrutória, aguardando a manifestação das partes sobre os laudos apresentados pelos Peritos Judiciais.

Amparada na posição de seus consultores jurídicos, que entendem como possíveis as chances de perda no que tange à solicitação dos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área e possíveis as chances de perda da Companhia nos demais itens do processo, nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade ou para as ações cíveis citadas no parágrafo anterior. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado das ações classificadas com chances possíveis de perda era de R\$ 13.002 (R\$ 12.468 em 31 de dezembro de 2013).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$ 800.000.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social era de R\$ 448.746 e está representado por 48.471.407 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

Legal

A reserva legal é constituída, após a absorção de prejuízos acumulados, mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social.

Incentivos fiscais

Refere-se a benefício fiscal concedido pelo Estado de Sergipe (Decreto Estadual nº 22.230/03). Essa reserva só pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido pode ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios. Ver comentários adicionais na Nota 14 (d).

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (deemed cost) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPCs e IFRS.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido--Continuação

(d) <u>Destinação dos resultados e Reservas de lucros</u>

Em 31 de dezembro de 2014, o lucro líquido do exercício de R\$ 7.963, incluído no montante que seria destinado à reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 25.099, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2014, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, poderão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2012	2013	2014	Total
PSDI (i)	111.038	23.351	25.099	159.488
Outros incentivos recebidos	5.457	-	-	5.457
	116.495	23.351	25.099	164.945

(i) Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial do Governo do Estado de Sergipe.

Redução de ICMS: o benefício fiscal decorre do deferimento concedido à Companhia em setembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS apurado na unidade fabril de Rosário do Catete-SE. O benefício é registrado diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta Lucros acumulados para Reserva de lucros de incentivos fiscais. O programa, originalmente, tinha a duração de dez anos, sendo que em 2013 foi prorrogado por mais 5 anos, e em 2014 foi renovado de forma a durar mais 10 anos, totalizando, assim 25 anos, com vencimento em 26 de setembro de 2028.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido--Continuação

(d) <u>Destinação dos resultados e Reservas de lucros</u>--Continuação

Redução de 75% do imposto de renda a recolher, com base no lucro da exploração por período de 10 anos a contar da data da concessão, por força do artigo 1º da Medida Provisória número 2.199-14, de 24 de agosto de 2001: A partir de 2007, a Companhia passou a usufruir benefício fiscal obtido da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE. O benefício foi originalmente concedido em março de 2006 para a unidade localizada em Rosário do Catete-SE e tem duração garantida até 2015. A partir de 2012 o benefício foi estendido para a unidade de Camaçari-BA e tem duração garantida até 2020. A partir de 2014, o benefício obtido da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM foi concedido para as duas unidade de Rondonópolis - MT e tem duração garantida até 2023.

O benefício é registrado diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta Lucros acumulados para Reserva de lucros de incentivos fiscais.

15. Resultado por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares, exceto valores por ação):

	2014	2013
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	7.963	(33.904)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	48.471	48.471
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	0.1643	(0,6995)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não ocorreram transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias, assim como não ocorreram transações que gerassem efeito de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

16. Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas FOB, a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2014	2013
Vendas brutas de produtos	6.039.983	5.502.809
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Abatimentos e descontos incondicionais, vendas		
canceladas e devoluções das vendas	(35.248)	(29.987)
Impostos sobre as vendas	(78.035)	(68.238)
Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	25.099	23.351
·	5.951.799	5.427.935

17. Custo e despesas por natureza

As bonificações decorrentes de compras de matérias-primas, concedidas pelos fornecedores, são reconhecidas como redutora de custos na rubrica custo de produtos vendidos, no resultado do exercício, na medida em que a Companhia adquire o direito ao seu recebimento, mediante o atendimento dos volumes de compra e outros parâmetros pré-estabelecidos.

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados ao custo dos produtos vendidos quando da venda dos mesmos. As despesas com frete relacionadas à entrega da mercadoria, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

17. Custo e despesas por natureza--Continuação

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	2014	2013
Matérias-primas e materiais de produção	4.991.214	4.547.597
Despesas com transporte	221.422	193.728
Despesas com pessoal (Nota 20)	213.070	199.696
Despesas comerciais	77.687	82.199
Depreciação e amortização	47.797	47.606
Participação nos lucros (Nota 20)	7.654	7.359
Despesas com publicidade	1.128	1.478
Arrendamentos mercantis operacionais	6.617	5.767
Outros gastos	123.330	132.444
	5.689.919	5.217.874
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	5.219.901	4.776.665
Despesas com vendas	372.705	349.600
Despesas gerais e administrativas	97.313	91.609
	5.689.919	5.217.874

18. Variação cambial, líquida

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício.

	2014	2013
Variação cambial ativa	153.398	75.509
Variação cambial passiva	(428.549)	(301.770)
	(275.151)	(226.261)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

19. Despesas e receitas financeiras

	2014	2013
Despesas financeiras		
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	(114.909)	(118.691)
Juros sobre passivos financeiros e descontos concedidos	(94.944)	(78.163)
Despesas com ajustes a valor presente	(41.700)	(78.667)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(38.461)	(35.740)
Variações monetárias passivas	(109)	(357)
·	(290.123)	(311.618)
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	27.352	19.687
Receitas com ajustes a valor presente	69.745	59.685
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	162.158	151.630
Rendimentos sobre aplicações financeiras	20.525	21.863
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	11.215	11.552
·	290.995	264.417

20. Despesas com empregados

As despesas com empregados estão demonstradas a seguir:

	2014	2013
Ordenados e salários	128.168	120.698
Custos de previdência social	31.940	31.204
Benefícios previstos em Lei	16.493	15.608
Benefícios adicionais (i)	36.469	32.186
	213.070	199.696
Participação nos resultados	7.654	7.359
	220.724	207.055

(i) Assistência médica, seguro de vida, previdência complementar, pecúlio e alimentação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

21. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, incluindo operações de "vendor" e crédito rural. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de "swap".

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

	31 d	e dezembro de 20)14
	Ativos mensurados ao valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial		313.908	313.908
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes	-	763.561	763.561
Instrumentos financeiros derivativos	36.345	703.301	36.345
mandinentos infanceiros denvativos	36.345	1.077.469	1.113.814
	31	de dezembro de	2014
	Passivos		
	mensurados a	-	
	valor justo	Outros	
	através do resultado	passivos financeiros	Total
Danaiyan, conforma halanga natrimanial	resultado	Imanceiros	Iotai
Passivos, conforme balanço patrimonial Empréstimos e financiamentos	_	1.331.501	1.331.501
Fornecedores	_	1.284.293	1.284.293
Instrumentos financeiros derivativos	423	•	423
	423	2.615.794	2.616.217
		1 de dezembro de	2013
	Ativos		
	mensurados a	0	
	valor justo através do	Empréstimos o	•
	resultado	recebíveis	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	435.458	435.458
Contas a receber de clientes	-	656.782	656.782
Instrumentos financeiros derivativos	19.314		19.314
	19.314	1.102.292	1.121.606

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

21. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

	31 de dezembro de 2013			
	Passivos mensurados ao valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros	Total	
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos	-	1.006.872	1.006.872	
Fornecedores	-	1.151.585	1.151.585	
Instrumentos financeiros derivativos	1.647	-	1.647	
	1.647	2.158.457	2.160.104	

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	31 de dezemb	ro de 2014
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	313.908	313.908
Contas a receber de clientes	763.561	763.561
Instrumentos financeiros derivativos	36.345	36.345
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	1.331.501	1.333.132
Fornecedores	1.284.293	1.284.293
Instrumentos financeiros derivativos	423	423
	31 de dezemb	bro de 2013
	31 de dezemb Valor contábil	oro de 2013 Valor justo
Ativos financeiros		
Ativos financeiros Caixa e equivalentes de caixa		
	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor contábil 435.458	Valor justo 435.458
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes	Valor contábil 435.458 656.782	Valor justo 435.458 656.782
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Instrumentos Financeiros Passivos financeiros	Valor contábil 435.458 656.782	Valor justo 435.458 656.782
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Instrumentos Financeiros	Valor contábil 435.458 656.782 19.314	Valor justo 435.458 656.782 19.314
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Instrumentos Financeiros Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos	Valor contábil 435.458 656.782 19.314	Valor justo 435.458 656.782 19.314 1.010.122

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

21. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Vide Nota 12 para maiores detalhes.
- O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Vide Nota 8 para maiores detalhes.

Hierarquia de valor justo

Ativo avaliado a valor justo

	31 de	e dezembro de 20	14
	Nível I	Nível II	Nível III
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.345	-
	31 de	e dezembro de 20	113
	Nível I	Nível II	Nível III
Instrumentos financeiros derivativos	-	19.314	-

Em 31 de dezembro de 2014, não havia outros ativos avaliados a valor justo. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía ativos avaliados a valor justo.

Passivo avaliado a valor justo

	31 d	e dezembro de 20)14
	Nível I	Nível II	Nível III
Instrumentos financeiros derivativos	-	423	-
	31 d	e dezembro de 20	113
	Nível I	Nível II	Nível III
Instrumentos financeiros derivativos		1.647	-

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não havia outros passivos avaliados a valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

(a) Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia monitora e avalia seus contratos derivativos diariamente e ajusta a estratégia de acordo com as condições de mercado. A Companhia também revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Política de "Hedge", encarregado do gerenciamento de risco dessas operações, e contam com assessoria externa de empresa especializada. Tal comitê é um órgão técnico e consultivo de funcionamento permanente com o objetivo de auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas a análises periódicas de medidas de proteção contra variações de taxas de câmbio e de taxas de juros, em análise dos efeitos de tais variações em nossas receitas e despesas. O Comitê de Política de "Hedge" avalia, ainda, a eficácia de nossas medidas de "hedge" adotadas a cada mês e dá recomendações com relação a variações futuras de "hedge".

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para proteção de fluxo de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

(b) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

(b) Risco de mercado--Continuação

Risco com taxa de câmbio--Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o impacto financeiro previsto	2014	2013
Importação em andamento (Nota 5) US\$ 69.263 mil (US\$ 90.159 mil em 31/12/2013) Fornecedores no exterior (Nota 11)	Até 35 dias	(183.976)	(211.206)
US\$ 453.755 mil (US\$ 464.463 mil em 31/12/2013) Empréstimos e financiamentos (Nota 12) Financiamentos de importação	Até 237 dias	1.205.264	1.090.157
US\$ 392.930 mil (US\$ 290.524 mil em 31/12/2013) Financiamentos de importação	Até 237 dias	1.043.700	680.582
EUR\$ 7.828 mil (EUR\$ -l em 31/12/2013) Demais contas a pagar (receber) líquidas	Até 58 dias	25.262	
US\$ 4.707 mil (US\$ 1.497 mil em 31/12/2013)	Até 270 dias	(12.504)	3.506
		2.077.746	1.563.039
Instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais (Nota 8)			
US\$ 392.478 (US\$435.504 mil em 31/12/2013) Instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais (Nota 8)	Até 107 dias	(1.042.500)	(1.020.212)
EUR \$ 7.600 (Zero em 31/12/2013)	Até 56 dias	(24.525)	-
Exposição líquida		1.010.721	542.827
Estoque de matérias primas		(648.584)	(450.950)
Exposição líquida (menos estoque de matérias primas)		362.137	91.877

Devido à relevância das importações de matérias primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e consequente risco relevante às operações da Companhia. Em um cenário de matérias primas com preços estáveis em dólar norte-americano no mercado internacional, o estoque da Companhia permite um "hedge" natural para os passivos lastreados em moeda estrangeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

(b) Risco de mercado--Continuação

Risco com taxa de câmbio--Continuação

Visando minimizar os riscos de taxa de câmbio, a Companhia tem participado de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, contratados junto a instituições financeiras, que se destinam a reduzir sua exposição a riscos de mercado e de moeda. Esses instrumentos financeiros referem-se a derivativos que representam compromissos futuros para compra e venda de moedas ou indexados em datas contratualmente especificadas.

O volume da proteção contratado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é resultado da decisão do Conselho de Administração da Companhia, subsidiado pelo Comitê de Política de "*Hedge*".

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e *ratings* previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

(c) Risco de crédito--Continuação

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas pela empresa Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimentos (Riskbank), quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

	2014	2013
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
Baixo risco para longo prazo	231.160	331.447
Baixo risco para médio prazo	82.748	105.071
Baixo risco para curto prazo	-	1.002
·	313.908	437.520
Ativos financeiros derivativos		
Baixo risco para longo prazo	35.922	17.667

(d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

Visando atender as vendas com o prazo da safra de seus clientes, a Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros para garantia de liquidez. Esses instrumentos contam com o aval da Companhia, estão consignados na rubrica Contas a receber de clientes e não possuem diferenças relevantes em relação ao seu valor de mercado.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em nas contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

(d) Risco de liquidez--Continuação

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido a pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2013				
Empréstimos e financiamentos	852.309	115.065	112.015	184
Fornecedores	1.151.585	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.647	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014				
Empréstimos e financiamentos	1.245.542	97.941	9.733	53
Fornecedores	1.284.292	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	423	-	_	-

(e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos.

A administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I – provável:

 Instrumentos com risco cambial - Os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$ 2,6562 / US\$ e a taxa de CDI de 11,57 % ao ano, observadas no fechamento de 31 de dezembro de 2014, que no entender da administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir destas taxas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

- (e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação
 - Instrumentos com risco de taxa de juros Manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o período.

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI varie de acordo com os percentuais abaixo indicados.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos de cambiais

	Impacto no resultado do	período e no p	oatrimônio líquido
--	-------------------------	----------------	--------------------

	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
	-25%	-50%	25%	50%
Cotação do dólar	R\$ 1,9922	R\$ 1,3281	R\$ 3,3203	R\$ 3,9843
"Hedge" - "Swap"	(173.329)	(364.685)	173.329	364.685
Opções de moeda Estrangeira			88.104	175.380
"Hedge" - "Swap"	(173.329)	(364.685)	261.433	522.065

Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido Cenário II Cenário III Cenário II Cenário III Cenário III

	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
	-25%	-50%	25%	50%
Cotação do Euro	R\$ 2,4203	R\$ 1,6135	R\$ 4,0338	R\$ 4,8405
"Hedge" - "Swap"	(6.131)	(12.263)	6.131	12.263

Instrumentos financeiros derivativos - Derivativos de juros

Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido

	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
	-25%	-50%	25%	50%
CDI	8,68%	5,79%	14,46%	17,36%
"Hedge" - "Swap"	35.297	38.243	29.586	26.815

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

(e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Instrumentos financeiros não derivativos

• Câmbio

	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido			
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
	-25%	-50%	25%	50%
Cotação do dólar	R\$ 1,9922	R\$ 1,3281	R\$ 3,3203	R\$ 3,9843
Fornecedor no exterior, líquido de				
importação em trânsito	255.303	510.644	(255.303)	(510.644)
Financiamento de importação	260.906	521.850	(260.906)	(521.850)
Demais contas a pagar	(3.125)	(6.251)	3.125	6.251
	513.084	1.026.243	(513.084)	(1.026.243)

	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido				
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III	
	-25%	-50%	25%	50%	
Cotação do Euro	R\$ 2,4203	R\$ 1,6135	R\$ 4,0338	R\$ 4,8405	
Financiamento de importação	6.315	12.630	(6.315)	(12.630)	

Juros

	Impacto	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido					
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III			
	-25%	-50%	25%	50%			
CDI	8,68%	5,79	14,46%	17,36%			
Debêntures	15.202	10.135	25.336	30.404			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

(f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra "i" do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 25% da receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2014, este índice ficou em 24,3% (18,7%% em 31 de dezembro de 2013). O Conselho de Administração autorizou a Companhia a elevar seu índice de endividamento para até 40% da receita operacional bruta do último exercício encerrado, com validade até 31 de dezembro de 2015

23. Cobertura de seguros

Por entender que a possibilidade de ocorrência de sinistro é remota, a Companhia adota a política de não manter cobertura de seguro para todos os seus ativos. No entanto a Companhia possui apólices de seguro para as unidades de produção de Paranaguá-PR e Rondonópolis-MT com limite máximo de indenização de R\$ 10.000, para as unidades de Dourados-MS, Catalão-GO, Rio Verde-GO, Porto Alegre-RS, Manhuaçú-MG, Três Corações-MG e Uberaba-MG com limite máximo de indenização de R\$ 56.961, para as unidades de Paulínia com limite máximo de indenização de R\$ 29.500 , para a frota de veículos com limite máximo de indenização de R\$ 42.000, para os equipamentos financiados pelo Finame com limite máximo de indenização de R\$ 4.723, e para parte do contas a receber, crédito rural, com limite máximo de indenização de R\$ 45.000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

23. Cobertura de seguros--Continuação

Adicionalmente, a Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores com limite máximo de indenização de R\$ 10.000.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração.

24. Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de administração e os demais membros do Conselho de Administração.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (i) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples – SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 21 unidades misturadoras da Companhia.

As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são as seguintes:

	2014			2013		
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Receita bruta de vendas Deduções e impostos sobre vendas Receita líquida de vendas		6.039.983 (88.184) 5.951.799	6.039.983 (88.184) 5.951.799		5.502.808 (74.873) 5.427.935	5.502.808 (74.873) 5.427.935
Custos dos produtos vendidos Lucro (prejuízo) bruto	(23.267) (23.267)	(5.196.634) 755.165	(5.219.901) 731.898	(25.750) (25.750)	(4.750.915) 677.020	(4.776.665) 651.270
Despesas operacionais Despesas financeiras, liquidas			(447.838) (274.279)			(430.981) (273.462)
Lucro (prejuízo) operacional			9.781			(53.173)
Imposto de renda e contribuição social			(1.818)			19.269
Lucro líquido (prejuízo) do exercício			7.963			(33.904)
Depreciação e amortização	10.790	37.007	47.797	11.834	35.772	47.606
EBITDA	(12.477)	344.334	331.857	(13.916)	281.811	267.895

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

24. Informações por segmento de negócios--Continuação

Como antes mencionado, o segmento Industrial destina-se atualmente a atender as necessidades do segmento de Misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento Industrial para as misturadoras foram mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. A receita do segmento de Mistura informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento Industrial.

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

	2014			2013			
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total	
Estoques	3.439	857.332	860.771	3.705	688.159	691.864	
lmobilizado	75.172	465.885	541.057	85.962	391.515	477.477	
Demais ativos	-	1.909.253	1.909.253	-	1.827.357	1.827.357	
Total dos ativos	78.611	3.232.470	3.311.081	89.667	2.907.031	2.996.698	

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise destes saldos por segmento.

Em função de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná (vide Nota 13),onde se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, o resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta.

Atualmente, por força de medida liminar, portanto provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontra-se paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante. No entanto, a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento.

A produção anual da unidade de Paranaguá-PR é de cerca de 250 mil toneladas (não auditado) de SSP (super fosfato simples) e 200 mil toneladas (não auditado) de ácido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP (não auditado), ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias primas de fertilizantes (não auditado). No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a depreciação da fábrica registrada no resultado foi de R\$ 10.790 (R\$ 11.834 em 2013).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

25. Eventos Subsequentes

Em 09/01/2015 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 145.419, mediante a emissão de 5.385.877 novas ações ao preço unitário de R\$ 27,00, sendo 5.385.742 subscritas pela OCP International Cooperative U.A. ("OCP") a qual passou a ser detentora de 10,00% das ações da Companhia.